

Américo Junior Nunes da Silva
André Ricardo Lucas Vieira
(Organizadores)

Atuação do estado e da sociedade civil na

EDUCAÇÃO II



Atena
Editora
Ano 2022

Américo Junior Nunes da Silva
André Ricardo Lucas Vieira
(Organizadores)

Atuação do estado e da sociedade civil na

EDUCAÇÃO II



Atena
Editora
Ano 2022

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Bruno Oliveira

Camila Alves de Cremo

Daphynny Pamplona

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2022 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2022 Os autores

Copyright da edição © 2022 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa



Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Prof^ª Dr^ª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof^ª Dr^ª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Prof^ª Dr^ª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Prof^ª Dr^ª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná
Prof^ª Dr^ª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^ª Dr^ª Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais
Prof^ª Dr^ª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^ª Dr^ª Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Prof^ª Dr^ª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Prof^ª Dr^ª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^ª Dr^ª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^ª Dr^ª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof^ª Dr^ª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins



Atuação do estado e da sociedade civil na educação 2

Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Yaiddy Paola Martinez
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizadores: Américo Junior Nunes da Silva
André Ricardo Lucas Vieira

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

A886 Atuação do estado e da sociedade civil na educação 2 /
Organizadores Américo Junior Nunes da Silva, André
Ricardo Lucas Vieira. – Ponta Grossa - PR: Atena,
2022.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-258-0201-5

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.015220906>

1. Educação. I. Silva, Américo Junior Nunes da
(Organizador). II. Vieira, André Ricardo Lucas (Organizador).
III. Título.

CDD 370

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br



Atena
Editora
Ano 2022

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.



DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.



APRESENTAÇÃO

Diante do atual cenário educacional brasileiro, resultado de constantes ataques deferidos ao longo da história, faz-se pertinente colocar no centro da discussão as diferentes questões educacionais, valorizando formas particulares de fazer ciência e buscando superar problemas estruturais, como a desigualdade social por exemplo. Direcionar e ampliar o olhar em busca de soluções para os inúmeros problemas postos pela contemporaneidade é um desafio, aceito por muitos professores/as pesquisadores/as.

A área de Humanas e, sobretudo, a Educação, vem sofrendo de trato constante nos últimos anos, principalmente no que tange ao valorizar a sua produção científica. O cenário político de descuido e ataque as questões educacionais, vivenciado recentemente e agravado com a pandemia, nos alerta para a necessidade de criação de espaços de resistência. Este livro, intitulado “**Atuação do estado e da sociedade civil na educação**”, da forma como se organiza, é um desses lugares: permite-se ouvir, de diferentes formas, os diferentes sujeitos que fazem parte dos movimentos educacionais.

Neste livro, portanto, reúnem-se trabalhos de pesquisa e experiências em diversos espaços, com o intuito de promover um amplo debate acerca das diversas problemáticas que permeiam o contexto educacional, tendo a Educação enquanto importante para o fortalecimento da democracia e superação das desigualdades sociais.

Os/As autores/as que constroem essa obra são estudantes, professores/as pesquisadores/as, especialistas, mestres/as ou doutores/as e que, muitos/as, partindo de sua práxis, buscam novos olhares a problemáticas cotidianas que os mobilizam. Esse movimento de socializar uma pesquisa ou experiência cria um movimento pendular que, pela mobilização dos/as autores/as e discussões por eles/as empreendidas, mobilizam-se também os/as leitores/as e os/as incentivam a reinventarem os seus fazeres pedagógicos e, conseqüentemente, a educação brasileira. Nessa direção, portanto, desejamos a todos e a todas uma provocativa leitura!

Américo Junior Nunes da Silva

André Ricardo Lucas Vieira

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

SOCIEDADE, VIOLÊNCIAS E EDUCAÇÃO POLICIAL NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

Eduardo Nunes Jacondino

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.0152209061>

CAPÍTULO 2..... 12

REFLEXÕES SOBRE A QUESTÃO DAS METODOLOGIAS ATIVAS NO ENSINO SUPERIOR: TEORIA E PRÁTICA

Maria da Conceição Dal Bó Vieira

Sandra Cristine Arca

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.0152209062>

CAPÍTULO 3..... 21

DESAFIOS DAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR NO CONTEXTO DA PANDEMIA DO COVID-19

Roberta Souza da Silva Ferreira

Larissa Oliveira Guimarães

Maria Andresiele Andrade Carvalho

Claudiana Ribeiro dos Santos Andrade

Crismilla dos Santos Silva

Maria Rita Ribeiro dos Santos

Tamires Souto Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.0152209063>

CAPÍTULO 4..... 30

PROJETO #SEXTOUPEDAGÓGICO PARA PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL DE BENEVIDES, PARÁ, BRASIL

Kelly Lene Lopes Calderaro Euclides

Francilene Sodrê da Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.0152209064>

CAPÍTULO 5..... 36

FORMAÇÃO EM SERVIÇO PARA PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA: INCLUSÃO ESCOLAR EM TEMPOS DE PANDEMIA

Rosivane Sousa Pereira

Rosiane Sousa Pereira

Cleonice Pedreiro Mesquita

Roseane Silva de Carvalho

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.0152209065>

CAPÍTULO 6..... 43

PROPOSTAS PARA MELHORIA DE PRÁTICAS DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA COM CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA) POR MEIO DA TECNOLOGIA ASSISTIVA: UM ESTUDO DE CASO NUMA ESCOLA NO MUNICÍPIO DE

SÃO LUÍS – MA

Rosa Coelho Costa

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.0152209066>

CAPÍTULO 7.....58

MINHA AULA MIGROU PARA O WHATSAPP, E AGORA? O USO DE APLICATIVOS MULTITAREFAS COMO RECURSOS EDUCACIONAIS

Jeanne de Jesus Rodrigues

Viviane Aparecida Rodrigues

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.0152209067>

CAPÍTULO 8.....68

O QUE TEM NA FRONTEIRA INTERNACIONAL DE PONTA PORÃ/MS? DESAFIOS E OPORTUNIDADES PARA AS ESCOLAS NO ENSINO DE GEOGRAFIA

Silvano Artur Busch Vergutz

Marsiel Pacífico

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.0152209068>

CAPÍTULO 9.....87

A COMPREENSÃO DO PROCESSO DE ESCOLARIZAÇÃO SOB A PERSPECTIVA DOS APENADOS DO SÍLVIO PORTO

Maria Bernadete Rodrigues do Nascimento

Maria de Fátima Leite Gomes

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.0152209069>

CAPÍTULO 10.....110

AVALIAÇÃO E EDUCAÇÃO INFANTIL: BUSCAR OUTROS CAMINHOS, OUTRAS PERSPECTIVAS

Daiana Camargo

Sirlene Delgado

Andreliza Cristina de Souza

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.01522090610>

CAPÍTULO 11.....123

O ENSINO REMOTO EMERGENCIAL (ERE) E O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO PARA SURDOS: DESAFIOS DURANTE O CONTEXTO PANDÊMICO

Disraely da Silva Machado Fernandes

Louriane Lindoso Moraes

Natalia Moreira de Carvalho Campos

Kaciana Nascimento da Silveira Rosa

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.01522090611>

CAPÍTULO 12.....135

METODOLOGÍAS ACTIVAS EN EL MODELO COMPRENSIVO RESTAURADOR

Normiña Murillo Murillo

Yulieith Paola Narváez Buelvas

Jeniffer Ximena Vega Fajardo

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.01522090612>

CAPÍTULO 13..... 148

O CONTEXTO EDUCACIONAL DE SALINAS-MG NA DÉCADA DE 1950: “MEU PAI CHEGOU A COMBINAR TUDO PARA ME MANDAR ESTUDAR FORA[...]”

Lilian Gleisia Alves dos Santos

Felipe Eduardo Ferreira Marta

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.01522090613>

CAPÍTULO 14..... 165

TODA FAMÍLIA É IGUAL? REPRESENTAÇÕES FAMILIARES NA LITERATURA INFANTIL HÍBRIDA

Berenice Rocha Zabbot Garcia

Nicole de Medeiros Barcelos

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.01522090614>

CAPÍTULO 15..... 181

PROTAGONIZANDO E SUBMERGINDO NO ODS 6: UMA PROPOSTA DE AULA PARA O ENSINO DE QUÍMICA

Andreia Oliveira Barreiros

Rachel Helena Gachet Silva

Suellen Gueiros Ruiz

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.01522090615>

CAPÍTULO 16..... 190

AÇÕES AFIRMATIVAS NO IFES CAMPUS IBATIBA: A POLÍTICA DE COTAS E OS DESAFIOS DA PERMANÊNCIA E ÊXITO NOS CURSOS TÉCNICOS

Gilberto Mazoco Jubini

Charlles Monteiro

Shayane Ferreira dos Santos

Veruschka Rocha Medeiros Andreolla

Carlos Henrique Medeiros de Souza

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.01522090616>

SOBRE OS ORGANIZADORES 205

ÍNDICE REMISSIVO..... 206

CAPÍTULO 1

SOCIEDADE, VIOLÊNCIAS E EDUCAÇÃO POLICIAL NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

Data de aceite: 01/06/2022

Eduardo Nunes Jacondino

Universidade Estadual do Oeste do Paraná
(UNIOESTE)
Francisco Beltrão, Paraná
<https://orcid.org/0000-0003-1083-8934>

RESUMO: O artigo apresenta o tema da educação policial. Da mesma forma, expõe as relações que existem entre a sociedade brasileira, as diferentes formas de violências interpessoais existentes no tecido social deste país, e a conduta policial. Perpassa por pontos como segurança pública, os limites legais e éticos que envolvem o trabalho policial e a desestruturação moral da sociedade.

PALAVRAS-CHAVE: Educação policial militar. Brasil. Violências. Paraná.

SOCIETY, VIOLENCE AND POLICE EDUCATION IN CONTEMPORARY BRAZIL

ABSTRACT: The article presents the theme of police education. Likewise, it exposes the relationships that exist between Brazilian society, the different forms of interpersonal violence existing in the social fabric of this country, and police conduct. It goes through points such as public safety, the legal and ethical limits that involve police work and the moral disruption of society.

KEYWORDS: Military police education. Brazil. violence. Paraná.

INTRODUÇÃO

O filme *Tropa de Elite I* retratou, de forma chocante, a partir de 2007, nas telas de cinema de todo o Brasil o tema da violência policial; bem como, a questão do tráfico de armas e de entorpecentes existente nos morros da cidade do Rio de Janeiro. Tráfico alimentado pelos membros de uma classe média carioca que é composta, no filme, por um grupo de jovens que defende a “consciência social do pessoal do morro” – caracterizada, por sua vez, por um grupo de traficantes –, em troca da concessão, deste mesmo grupo, de modo a desenvolverem um trabalho por meio de uma Organização Não Governamental (ONG).

O retrato de uma sociedade hipócrita, de um lado; e, de outro lado, de uma polícia violenta, que diante de um Estado corrupto se encontra de “mãos amarradas” para fazer valer a Lei e a justiça, fornecem os elementos que, de forma explosiva, são retratados no filme. De forma muito eloquente a trama perpassa por temas como Segurança Pública, os limites legais e éticos que envolvem o trabalho policial e a desestruturação moral da sociedade brasileira. Temas que ganham foco a partir de um olhar notabilizado pelo protagonista e personagem principal do filme: Capitão Nascimento. Comandante do Batalhão de Operações Policiais Especiais (BOPE) do Rio de Janeiro. Um grupo de elite da polícia militar carioca.

Decadência moral da sociedade, referendada pela existência de inúmeras favelas totalmente desassistidas pelo poder público e entregues a traficantes que “não perdoam” os seus inimigos; corrupção policial, composta, em grande medida, pela dependência da polícia diante de um “sistema corrupto”, que se preocupa apenas em “resolver os problemas do próprio sistema”, são os elementos que servem como estopim para que um grupo de profissionais da polícia militar do Rio de Janeiro - o BOPE – desenvolva mecanismos ético/comportamentais por meio dos quais consolida um distanciamento para com o restante da sociedade e da própria corporação policial militar.

Percebe-se que, ao partir de uma lógica muito própria, retratada por meio de uma descrença fundamentada na justiça e na aplicação da Lei, Capitão Nascimento justifica o comportamento violento – mas segundo ele, não corrupto – do BOPE. E em cima desta lógica defende a atuação destes policias. Até porque, segundo ele, “o BOPE vai aonde os policiais convencionais não vão”.

Este contexto sombrio, retratado pelo filme *Tropa de elite I*, condiz com a realidade policial e social brasileira? Em partes sim, se entendermos que o filme se direciona ao contexto social carioca. Atravessado por problemas graves, adstritos ao tráfico de drogas e às disputas por territórios, encampadas por grupos de traficantes, rivais; por um sistema político envolto por corrupção recorrente e que pouco parece olhar para a condição social de parcelas significativas de moradores – notadamente dos moradores das favelas cariocas -; por uma condição aberrante, do ponto de vista da presença do Estado Democrático de Direito, no sentido de este ser efetivamente capaz de preservar a ordem e a paz social, uma vez que certas regiões do espaço urbano carioca são, em grande medida, dominadas não pelo Estado-nação, mas por grupos criminais; por uma condição que leva a polícia carioca a intervir, em certos contextos, por meio de ações e de equipamentos que destoam do que é normalmente usado no trabalho policial, convencional. Trabalho efetivado, em grande medida, pelo próprio BOPE, retratado no filme citado.

Esta realidade não é àquela encontrada nas demais regiões do país e ou não pode ser generalizada. Todavia, aponta para uma questão delicada, relacionada à capacitação dos profissionais da segurança pública. Neste sentido, retratar a questão da educação policial dada à policiais militares, no Brasil, nos parece questão necessária e urgente, tendo em vista o fato de que ao trabalhar com o uso da força, legítima, de modo a resolver questões sociais e manter a ordem, a polícia militar empenha formas de exercício do poder nada desprezíveis e que podem atingir os cidadãos de forma marcante. Neste sentido, a polícia militar, em países como o Brasil, atua como aparato do Estado-nação, adotando a tarefa de preservar a ordem e a paz social.

Realiza tal função, entretanto, em contextos sociais demarcados, não raras vezes, por fissuras e ou por formas de violência que atravessam a sociabilidade cotidiana. Da mesma forma, desempenha sua atividade a partir de condições de trabalho que, por vezes, apresentam limitações, dificuldades e ou que necessitam ser melhor instrumentalizadas por

meio de formação continuada. Isto porque o trabalho policial lida com questões complexas e que exigem, por parte do policial, acesso a formas de conhecimento que permitam a este desempenhar seu papel de forma profissional.

OS DESAFIOS DO TRABALHO POLICIAL EM UMA SOCIEDADE COMO A BRASILEIRA: REFLEXÕES INICIAIS

A trama de *Tropa de Elite I* expôs temas importantes, que perpassam as sociedades que vivenciam recentes períodos de redemocratização política, tais como a sociedade brasileira. Embora o faça de forma *picante*, retrata os dilemas que permeiam a real capacidade do Estado, no sentido de este ser capaz de atender os direitos e garantias fundamentais dos cidadãos. Direitos referendados, no caso brasileiro, pela Constituição promulgada em 1988.

É preciso reconhecer que nosso país avançou, em sua história recente - mais precisamente no período que correspondeu aos dois mandatos do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva -, no que se refere à melhoria das condições de vida de significativa parcela da população. Todavia, nos últimos anos vem passando por retrocessos – do ponto de vista econômico e social - que fazem persistir, no cotidiano, culturas socioinstitucionais mantenedoras de fissuras sociais e que permitem o acirramento das violências interpessoais.

Neste contexto o papel de agentes sociais como o das polícias é de fundamental importância, uma vez que é uma categoria profissional que lida com a população, cotidianamente – notadamente com a população de baixa renda. A polícia, neste sentido, encarna e faz valer os preceitos legais promulgados pelo Estado Democrático de Direito, por sobre os grupos sociais. Desta forma, tem o poder de fortalecer ou de enfraquecer – desmoralizar - as bases democráticas do poder consubstanciadas por este mesmo Estado.

Estado que, conforme apontou o sociólogo Max Weber (1998), se configura quando “o seu quadro administrativo reivindica com êxito o monopólio legítimo da coação física para realizar as ordens vigentes” (Weber, 1998, pg. 33-4; 1974, pg. 97-9). Segundo Weber, portanto, o que há de específico no Estado é o monopólio do uso da força. Deste modo, é permitido a este renunciar ao monopólio do poder ideológico e ou religioso, ao monopólio da liberdade de opinião e reunião, ao monopólio do poder econômico, mas não ao poder de coerção. Se o fizer deixa de ser um Estado.

Como nas sociedades democráticas a força exercida pelo Estado precisa ser legitimada, uma vez que toda forma de poder – de controle social – precisa contar com a adesão dos dominados, diante da ação dos dominantes; a atuação das instituições públicas – nos referimos, aqui, ao campo da Segurança Pública – precisa estar voltada para a manutenção da legitimidade do poder.

A Segurança Pública – uma das tecnologias sociais que se desenvolveu junto com a consolidação da supremacia dos modernos Estados-Nação e que foi referendada

pelo campo jurídico – foi institucionalizada, no Brasil, segundo Silva (1998), a partir da Constituição Brasileira de 1988, conhecida como “Constituição cidadã”, como

a garantia que o Estado oferece aos cidadãos, por meio de organizações próprias, contra todo o mal e todo o perigo que possa afetar a ordem pública, em prejuízo da vida, da liberdade ou dos direitos de propriedade dos cidadãos (Silva, 1998, pg. 99).

Silva (1998), analisando o documento citado, afirma que “a segurança pública limita as liberdades individuais, estabelecendo que a liberdade de cada cidadão, mesmo em fazer aquilo que a lei não lhe veda, não pode ir além da liberdade assegurada aos demais [...]”. E acrescenta, ainda, que

[...] garantir a segurança pública é dever do Estado e tê-la assegurada é direito dos cidadãos, pois ela se exerce para a incolumidade das pessoas e do patrimônio. São seus órgãos historicamente constituídos a Polícia Federal, a Polícia Rodoviária, a Polícia Ferroviária, a Polícia Civil, a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros. (SILVA, 1998, pg. 740).

Conforme apontou o pesquisador Tavares dos Santos (1997) a polícia surgiu ligada à expansão do poder do Estado, desde os finais do século XVII e, sobretudo, no século XVIII, nos principais países europeus, sob a égide do Absolutismo. Exemplo dessa expectativa inicial sobre a instituição é o ato de seu nascimento, assinado por Luiz XIV, em 1667, quando expôs que o papel da polícia seria o “de garantir a segurança da cidade, lutar contra a delinquência e a criminalidade, proteger a população contra os acidentes e as epidemias e cuidar da subsistência da cidade” (Tavares dos Santos, 1997, pg. 158). Após a Revolução Francesa o código Brumário veio reafirmar o que historicamente fora estabelecido, ao explicitar que “a polícia é instituída para manter a ordem pública, a liberdade, a propriedade, a segurança individual” (Tavares dos Santos, 1997, pg. 158).

No entanto, este papel passou a ser exercido, notadamente em Países como o Brasil, em contextos caracterizados por assimetrias de poder, por desigualdades sociais significativas. A análise de autores como Passetti (2003), neste sentido, apresenta claramente os desafios colocados à polícia nas sociedades em que se prega, por um lado, o respeito aos parâmetros democráticos; mas que, por outro lado, convive, historicamente, com a violência institucional e cultural. Onde o Estado cambaleia entre direitos sociais e interesses privados.

De acordo com Passetti,

Um Estado, lembra Errico Malatesta, é sempre cobrança de impostos, polícia, exército, prisões e também religiões. Uma força que atua sobre as relações sociais, econômicas, culturais e intelectuais. Força que também está presente no que chamamos de políticas governamentais de saúde, educação, transportes, comunicações e, principalmente, enquanto defesa de direitos de empresários diante dos direitos de trabalhadores. Onde houver Estado haverá um poder de autoridade centralizada disseminado pela sociedade. Forma-se, assim, uma rede de poderes, deveres e assujeitamentos (Passetti, 2003, pg. 22)

No Brasil as polícias militares – polícias ostensivas –, representaram o braço do poder executivo que assumiu a função social moralizadora, ou seja, a de exercer o controle social por sobre os grupos sociais, tendo a responsabilidade de garantir a ordem e a paz dentro do território da República Federativa Brasileira. No entanto, tendo em vista as instabilidades políticas vivenciadas no País, o papel efetivo assumido pelos policiais se revestiu, por vezes, de características violentas em relação à população que, em tese, deveriam proteger. O que gerou traumas e resistências. Diante disto, as práticas hierárquicas e disciplinares - advindas das forças armadas –, que conformaram o padrão de formação e de atuação profissional dos polícias militares, em países como o Brasil, têm sido largamente questionadas, notadamente a partir do processo de abertura política ocorrida a partir da década de 80 do século XX. Isto porque estas práticas passaram a ser vistas como o reverso do que a sociedade espera de profissionais da área de segurança pública. Perante este quadro, críticas foram surgindo, bem como propostas que se voltaram para a tentativa de superar a truculência, por vezes presente, na cultura policial.

O campo da atuação policial, neste sentido, tornou-se o alvo principal das reformas que se voltaram para a segurança pública. Reformas que passaram a ser feitas diante de um contexto sociopolítico caracterizado, por um lado, pela abertura política; mas também, e por outro lado, pela globalização e pela implementação do modelo neoliberal, trazendo consigo novos desafios - a partir do final do século XX - para os Estados, no sentido de serem capazes de garantirem os direitos constitucionalmente promulgados. Dentre eles, o do Estado se contrapor, de forma eficaz, ao crescimento das diferentes formas de violência e de criminalidade que passaram a se disseminar pelo espaço social.

A sociologia da conflitualidade, expressa no Brasil por sociólogos como Tavares dos Santos (1995 e 1999), vai trabalhar diante deste quadro, explicitando conceitos como o de violências difusas, ou seja, as diferentes formas de violência que se consolidam no tecido social, como forma de explicar esta ambiência. Conforme aponta esta análise, as diferentes manifestações da violência expõem os atos de excesso, qualitativamente distintos, que se verificam no exercício de cada relação de poder, presente nas relações sociais. Produzindo um social heterogêneo e corrompido por fissuras adstritas as relações sociais.

Deste modo, a força ou a coerção que produz o dano em outro indivíduo ou grupo social, seja pertencente a uma classe ou categoria social, a um gênero ou a uma etnia, a um grupo etário ou cultural, e que se dá como um ato de excesso presente nas relações de poder - tanto nas estratégias de dominação do poder soberano, quanto nas redes de micro poder existentes entre os grupos sociais - caracterizaria a violência social contemporânea.

Violência(s) difusa(s) que, de maneira distinta do crime, estaria(m) instituindo formas autorizadas de convivência interpessoal, embasadas justamente na fratura dos laços sociais. Esta ambiência estaria encontrando espaços de proliferação no interior de sociedades que, em grande medida, estariam passando por mudanças significativas. Mudanças acompanhadas por uma sensação de mal-estar, caracterizada pelo que

sociólogos como Anthony Giddens (2002) chamaram de modernidade tardia, ou seja, um contexto por meio do qual se rompe o “referencial protetor da pequena comunidade e da tradição, substituindo-as por organizações muito maiores e impessoais”, onde “o indivíduo se sente privado e só num mundo em que lhe falta o apoio psicológico e o sentido de segurança oferecido em ambientes mais tradicionais” (Giddens, 2002, pg. 38). Deste modo, formas de sociabilidade tradicionalmente consolidadas em ambientes como os familiares, conformados por meio da tradição, estariam passando, na modernidade tardia, por mudanças significativas; perdendo muito da sua capacidade de gerar coesão social.

Segundo Giddens as instituições tradicionais – políticas, econômicas, religiosas, a família - estariam sendo confrontadas com situações problemáticas, que ultrapassam a capacidade destas, no sentido de darem respostas a tais situações. Por isso, Giddens chama a estas instituições de “instituições casca”, ou seja, “aquelas que se tornaram inadequadas para as funções que são chamadas a desempenhar” (Giddens, 2005, pg. 28).

Podem-se caracterizar, estruturalmente, os efeitos da modernidade tardia no paradoxo situado, de um lado, pela crença e pela valorização da democracia, ancoradas no papel a ser desempenhado pelas instituições – dentre elas, as da segurança pública –, na busca pela ordem e pela paz social. De outro lado, pela descrença, pelo desencantamento e pela frustração diante dos Estados, no sentido de atenderem aos anseios das populações.

Esta ambivalência se aprofunda em sociedades como a brasileira, em que o *Welfare State* nunca foi implementado, até recentemente – se entendermos que o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi o único, na história brasileira, a ter desenvolvido ações voltadas a atender as necessidades sociais, advindas de parcela significativa da população, alijadas do poder.

De todo modo, conforme apontam as análises referendadas pelo conceito de modernidade tardia, teríamos entrado num contexto que desafia a capacidade dos Estados-Nação, no sentido de manterem a paz e a ordem social. O que traz efeitos negativos para as instituições da área da segurança pública, notadamente no que se refere à formação dos policiais. Conformada por padrões hierárquico-militarizados que pregam o uso da força e o combate à criminalidade como foco do seu trabalho (JACONDINO, 2015).

Para autores com Garland (GARLAND, 2001), que vai desenvolver uma leitura mais focada na questão da segurança pública, a modernidade tardia teria desenvolvido o fenômeno que denomina de obsessão securitária, por meio do qual políticas criminais se tornaram mais rigorosas, em relação às penas; e menos tolerantes, em relação aos criminosos. Segundo o autor esta foi uma prática adotada em países como os EUA e a Inglaterra, de forma insuspeita, se forem comparadas com as práticas adotadas há décadas atrás, por estes mesmos países, na área da Segurança Pública.

De todo modo, com base no conceito de modernidade tardia Garland concebe um padrão de relações sociais, econômicas e culturais que teriam trazido consigo um aumento significativo das percepções sociais acerca dos riscos, inseguranças e problemas

relacionados ao controle social. Percepções que passam a configurar um padrão específico de respostas ao crime, com a garantia do apoio de parcelas significativas da população, para a implantação das políticas criminais - independente dos altos custos envolvidos-, e que passam a girar ao redor da penalização máxima e das excessivas taxas de encarceramento.

Deste modo, e ainda para Garland, se as criminologias da era do *Welfare State* tendiam a assumir a perfectibilidade do homem, a ver o crime como um signo de um processo incompleto de socialização e a perceber, no Estado, o papel de assistir aqueles que foram privados das condições econômicas, sociais e psicológicas necessárias para o adequado ajustamento social e para uma conduta respeitadora da lei; as teorias do controle, por sua vez, conformam uma visão mais obscura a respeito da condição humana, ao assumirem que os indivíduos são fortemente atraídos para condutas anti-sociais e criminais, a menos que sejam impedidos por formas severas e efetivas de controle. Esta perspectiva vê na autoridade da família, da comunidade e do Estado estratégias de imposição de restrições e de limites. Para Garland, “se a velha criminologia caminhava na direção do bem-estar e da assistência, a nova reforça os controles e a aplicação da disciplina” (Garland, 2001, pg. 15).

Estas transformações vieram juntas com as mudanças econômicas, em curso, e deram lugar à economia de serviços, taxações regressivas, salários estagnados, enfraquecimento de sindicatos e aumento do exército de reserva, dos desempregados e subempregados. Constituindo uma sociedade clivada pelo ressentimento, pelo conflito e pela deterioração de todo senso de identidade e ou de destino compartilhado.

Dessa forma teríamos adentrado, segundo Garland (2001), em uma sociedade marcada por dramáticas mudanças na estrutura familiar, como também pelo crescimento dos subúrbios segregados, pelo império da televisão e da comunicação de massa, pelo declínio das comunidades tradicionais e pela mudança dos padrões de autoridade, pelo crescimento da criminalidade e por novos padrões de alienação, isolamento, necessidade e mobilidade social.

Período caracterizado fortemente pela entrada da temática do controle do crime, nos debates políticos e no processo eleitoral, acirrando o populismo que passa a oferecer soluções fáceis para o problema. Dando espaço para as inquietações e receios da população, no que se refere ao processo de formulação de políticas criminais; uma vez que, em matéria penal, “nada parece funcionar”. Todas essas mudanças teriam contribuído para o fortalecimento de uma perspectiva reacionária, na qual o problema do crime passa a ser visto não mais no sentido da solidariedade e dos direitos, mas como fratura da ordem social.

Em países como o Brasil, a partir da destituição da presidenta Dilma Roussef, em 2016, estas mesmas leituras tomaram corpo e passaram a representar, em grande medida, o discurso daqueles que ocuparam postos de poder político. Desta forma, discursos voltados ao enfrentamento mais intenso das práticas criminais passaram a ser usados

de forma rotineira – daí expressões como: “direitos humanos para humanos direitos”, “bandido bom é bandido morto”, “é preciso armar os cidadãos de bem, para que possam se defender da bandidagem”, passaram a ser usadas de forma rotineira. Tal postura, contrária aos direitos humanos e a uma abordagem humanista, tendeu a transformar os espaços sociais, no Brasil, em espaços atravessados por tensões crescentes – entre indivíduos e grupos. Situação agravada, ainda mais, diante da presença das fake News e da ‘morte da verdade’ (Kakutani, 2018), que passaram a vigorar em certos meios, contribuindo para a consolidação de leituras negacionistas – em relação à ciência – e, em grande medida, ancoradas em perspectivas religiosas tais como as referendadas por grupos evangélicos, que pouco contribuem para que se pense as questões sociais, econômicas, culturais, de raça, as envoltas pelos temas da sexualidade humana, e outras, que atravessam o cenário nacional, de forma mais ponderada.

AS MUDANÇAS NO PARADIGMA CRIMINAL E A SITUAÇÃO DAS POLÍCIAS

As mudanças que acompanharam as últimas décadas contribuíram para que uma alteração também ocorresse, como afirmamos acima, no paradigma criminal. Diante deste quadro autores como Wacquant (2001), já no início do século XXI, apontaram para o fato de que, no transcurso do Estado providência para o Estado penal, os recursos destinados à assistência social teriam sido reduzidos, à medida que os recursos destinados ao sistema carcerário e policial aumentaram.

Embora o autor trabalhe com a realidade de países como os EUA, entendemos que o Brasil não destoa deste processo, até porque aqui vigora um aparato judicial e carcerário que avalia os indivíduos criminógenos por meio de uma divisão entre ricos e pobres, entre moradores do centro das cidades e moradores das favelas, entre trabalhadores e “vagabundos”. Este movimento trouxe mudanças nas concepções acerca daqueles que eram beneficiários das políticas sociais, vistos agora como pessoas dependentes/parasitas do Estado social. Daí a leitura que alardeia ter sido

[...] a excessiva generosidade das políticas de ajuda aos mais pobres a responsável pela escalada da pobreza nos Estados Unidos: ela recompensa a inatividade e induz à degenerescência moral das classes populares, sobretudo essas uniões ‘ilegítimas’ que são a causa última de todos os males das sociedades modernas – entre os quais a “violência urbana” (Wacquant, 2001, pg. 22).

A resposta à maior degradação social, segundo Wacquant, deflagrada pelas mudanças nas políticas sociais compôs o desenvolvimento de um complexo sistema de vigilância dos pobres, não só a partir de instrumentos tecnológicos, mas também de toda uma estrutura de assistência social que passou a controlar os passos daqueles que recebem o benefício. Nesse sentido, a política de tolerância zero – implantada nos EUA e noticiada para o mundo na década de noventa do século XX - foi um instrumento utilizado para

controlar as camadas populares, dando respaldo jurídico para a prática do encarceramento ao menor sinal de delinquência.

Como decorrência disso, e ainda segundo Wacquant, as prisões ficaram lotadas, não de criminosos perigosos, mas sim de presos por uso de drogas, furto ou simplesmente por àqueles que efetivaram atentados contra a ordem pública. Quanto às penas, estas se tornaram cada vez mais rigorosas e os casos de liberação, em regime de liberdade condicional, diminuíram. A “nova penalogia” objetivou, deste modo, isolar grupos considerados perigosos por meio de uma série padronizada de comportamentos e de uma gestão dos riscos, que se parecem mais com uma investigação operacional ou com uma reciclagem de “detritos sociais” do que com qualquer tipo de trabalho social (Wacquant, ACQUANT, 2001, pg. 86).

Este quadro adentrou os cursos de formação de policiais, por meio de uma realidade - ambígua -, por meio da qual, por um lado, a polícia militar mantém a formação policial em ambientes militarizados e hierarquizados, que conformam expectativas de corpos guerreiros e propensas ao uso da força. Fato que, acompanhado por uma precária formação, no que se refere às técnicas de contenção física, administradas nas instituições policiais, tende a gerar problemas no cotidiano do trabalho policial. Por outro lado, estes mesmos policiais sofrem a pressão de saberes que buscam gerar mudanças comportamentais, por parte das polícias, em sociedades democráticas; uma vez que partem do pressuposto de que a polícia deve atuar com base em novos conhecimentos, para que adote, efetivamente, uma postura profissional. Que supere a truculência (por vezes existente no trato com a população) e ou a inabilidade no trato com temas advindos desta mesma população (JACONDINO, 2015, 2018). Estes elementos, se somados aos problemas enfrentados pela categoria policial, no que tange ao gozo de certos direitos políticos¹, têm resultado em processos operacionais que facilitam a adoção de uma postura que deixa a desejar, em termos profissionais.

De fato, os policiais militares recebem, por um lado, os impactos da cultura institucional/ organizacional que regula seu trabalho, historicamente hierarquizada e propensa a rituais – que ocorrem por meio de um modelo burocrático-militar² - e socialmente discriminatória, diante de setores da população que exigem, destes profissionais, mesmo que de forma velada, posturas violentas e/ou discriminatórias em relação a certos grupos sociais e ou indivíduos (negros, homossexuais, indígenas, pobres). Por outro lado, estes mesmos policiais militares convivem, não raras vezes, com uma formação precária, uma vez que não existe, em grande medida, investimento na formação continuada do sujeito policial, que acaba, muitas vezes, ficando sozinho para enfrentar as agruras das ruas durante seu turno de trabalho.

De um lado, observa-se o predomínio insistente da postura militarizada, infraestrutura

1 As polícias militares não fazem parte das categorias profissionais que possuem o direito, constitucional, de reivindicar melhorias salariais por meio da realização de manifestações e/ou greves.

2 Que busca preservar uma cultura institucional ordeira, baseada em hierarquias funcionais estabelecidas.

precária para a realização do trabalho, assim como a falta de treinamento condizente com um modelo efetivamente profissional. De outro lado, percebe-se a presença de saberes que pregam um modelo profissional baseado no conhecimento dos direitos humanos, na capacidade de discernimento diante dos padrões de uso da força. Verifica-se que todos estes elementos compõem um complexo processo que molda a cultura profissional, policial. Colocada diante de um jogo de forças e de interpretações acerca do que significa o fazer e o ser policial.

Aqui retomamos a análise do filme: *Tropa de Elite*, como modo de referendarmos nossa incursão sobre o campo da formação policial – e da conduta policial –, desencadeada em sociedades como a brasileira. Sociedades envoltas, por um lado, com processos de redemocratização política; mas, por outro lado, por mecanismos institucionais que não concorrem para que as sociabilidades sejam exercitadas por meio dos direitos sociais e culturais, adquiridos do ponto de vista formal.

A resposta a esta situação, retratada em *Tropa de Elite I*, e efetivada pelo BOPE, se dá por meio da construção de uma postura ética que toma para si a resolução dos conflitos, instituindo um marco – construído de forma maniqueísta – que separa os limpos, os dignos; dos imundos, dos indignos. Diante desta postura cabe que perguntemos: A violência não é justamente a ação que impede ao outro a possibilidade de interagir para comigo? O que concorre para que a relação social e ou política seja quebrada? Tais questionamentos se dão porque mesmo que o BOPE tenha se caracterizado, para além das telas de cinema, como a polícia que é chamada a resolver os conflitos armados e para intervir diante de situações limite – onde as possibilidades de diálogo deixaram de ser possíveis -; não se pode conceber que a filosofia do extermínio conduza a atuação profissional de uma parte da polícia brasileira. Pois tal filosofia pode representar uma escolha ética, mas não será, jamais, uma opção que traga consigo elementos políticos que possam justificar, em termos democráticos, sua prática.

REFERÊNCIAS

GARLAND, D. **The Culture of Control: Crime and Social Order in Contemporary, Society**. Chicago: The University of Chicago Press, 2001..

GIDDENS, A. **Mundo em Descontrole: o que a globalização está fazendo de nós**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2005.

GIDDENS, Anthony. **Modernidade e Identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

JACONDINO, E. N. **Saber / poder e corpo: a construção micropolítica da educação/ profissionalização policial militar, latino-americana, pós-redemocratização política - Brasil e Paraguai**. Curitiba: CRV, 2015.

JACONDINO, E. N. **Saber / poder e corpo: a construção micropolítica da educação/ profissionalização policial militar, latino-americana, pós-redemocratização política Brasil e Paraguaí. O Paraná e o caso brasileiro.** Curitiba: CRV, 2018.

KAKUTANI, M. **A morte da verdade: notas sobre a mentira na era Trump.** Rio de Janeiro: Intrínseca, 2018.

PASSETTI, E. **Anarquismos e sociedade de controle.** São Paulo: Cortez, 2003.

SILVA, P. **Vocabulário Jurídico.** Rio de Janeiro: Forense, 1998.

PARR, J. B. (2004), "The polycentric urban region: a closer inspection". **Regional Studies**, 38 (3), pg. 231-240.

TAVARES DOS SANTOS, J. V. "A arma e a flor: formação da organização policial, consenso e violência". In: **Tempo Social: Revista de Sociologia** – USP, v. 9, n. 1, pp. 155-167, 1997.

TAVARES DOS SANTOS, J. V. "As conflitualidades como um problema sociológico contemporâneo". In: **Revista Sociologias** - Dossiê Conflitualidades. Porto Alegre, PPG-Sociologia do IFCH - UFRGS, Porto Alegre, ano 1, n. 1, janeiro-junho, pp. 10-13, 1999.

TAVARES DOS SANTOS, J. V. "A violência como dispositivo de excesso de poder". In: **Revista Sociedade & Estado.** Brasília, UnB, v. 10, n. 2, julho-dezembro, pp. 281-298, 1995.

WACQUANT, L. **As prisões da miséria.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

WEBER, M. **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva.** 4^a. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, vol. 1, 1998.

WEBER, M. "Ensaio de sociologia e outros escritos". In: **Os Pensadores**, XXXVII. São Paulo: Abril Cultural, pp. 249-55, 1974.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Água 81, 176, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188

Atendimento educacional especializado 123, 125, 126, 127, 128, 129, 131, 132, 133

Atividades escolares 37, 58, 59, 62, 130, 148, 158

Aulas remotas 15, 40, 123, 125, 129, 130, 132

Avaliação 13, 17, 18, 19, 33, 49, 51, 52, 56, 106, 110, 111, 112, 113, 114, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 184, 188, 195, 197

B

Brasil 1, 2, 4, 5, 7, 8, 10, 11, 22, 23, 24, 28, 30, 31, 33, 35, 42, 55, 56, 59, 60, 61, 63, 66, 68, 69, 71, 75, 78, 80, 82, 84, 86, 89, 90, 109, 113, 119, 121, 122, 123, 125, 126, 127, 132, 133, 154, 164, 165, 167, 169, 177, 179, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 192, 193, 195, 196, 197, 204

C

Contexto social e educacional 148, 162

Cotas raciais e sociais 190

D

Diversidade cultural 68, 70, 71, 73, 74, 75, 76, 78, 84, 85

E

Educação 1, 2, 4, 10, 11, 13, 14, 16, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 39, 40, 41, 42, 43, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 70, 71, 72, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 90, 91, 92, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 130, 131, 132, 133, 148, 149, 153, 155, 157, 159, 162, 163, 164, 165, 174, 180, 182, 185, 188, 190, 191, 195, 196, 197, 203, 204, 205

Educação confessional 148

Educação em prisões 87, 90, 96, 105, 106

Educação física 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 85, 86

Educação inclusiva 43, 49, 50, 52, 53, 54, 87, 132

Educação infantil 21, 32, 41, 49, 60, 63, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122

Educação policial militar 1

Ensino 12, 13, 14, 15, 16, 18, 19, 21, 22, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 38, 41,

42, 43, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 54, 55, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 90, 91, 96, 100, 103, 106, 107, 108, 113, 114, 115, 116, 120, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 149, 150, 153, 155, 163, 181, 182, 185, 190, 192, 193, 195, 196, 197, 198, 203, 204, 205

Ensino de Geografia 68, 74, 84

Ensino híbrido 22, 58, 64, 65, 66

Ensino remoto 12, 14, 15, 19, 25, 26, 58, 59, 63, 64, 67, 123, 124, 125, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134

Ensino superior 12, 13, 14, 15, 16, 18, 19, 50, 108, 193, 195, 197, 203, 205

Estudante surdo 123, 130

F

Família 6, 7, 15, 32, 53, 57, 59, 64, 91, 99, 100, 104, 108, 151, 152, 155, 162, 165, 166, 167, 168, 169, 171, 173, 174, 175, 177, 179, 180, 183, 187

Formação 3, 5, 6, 9, 10, 11, 13, 15, 16, 18, 19, 23, 25, 26, 28, 30, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 42, 46, 48, 50, 52, 55, 60, 62, 72, 75, 76, 79, 81, 83, 84, 96, 99, 113, 115, 117, 121, 122, 126, 129, 154, 155, 156, 158, 159, 162, 164, 181, 190, 203, 205

Fronteira 68, 69, 70, 71, 73, 74, 76, 77, 78, 79, 81, 82, 83, 84, 85, 86

H

Hibridismo 165, 166, 167, 168, 169, 177

História oral 148, 149, 163

I

Inclusão 16, 36, 37, 38, 39, 40, 42, 43, 44, 45, 49, 51, 53, 54, 56, 57, 63, 75, 85, 89, 90, 103, 109, 126, 127, 128, 132, 190, 193, 196, 197, 201

Intervenção 36, 37, 39, 43, 46, 51, 54, 83

L

Linguagens 28, 85, 110, 111, 112, 113, 116, 118, 119, 120, 165, 168, 171, 176, 178, 179

Literatura infantil 165, 166, 167, 168, 169, 174, 175, 176, 179, 180

Livro ilustrado 165, 168, 169, 170, 180

M

Memória 51, 64, 88, 105, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 159, 163, 164, 176, 177

Metodologias ativas 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 28, 65, 105, 181, 182, 183, 185, 188

O

Objetivos sustentáveis 183, 185, 186, 188

P

Pandemia 12, 14, 15, 21, 22, 23, 25, 26, 30, 31, 32, 35, 36, 37, 38, 40, 49, 54, 55, 58, 59, 61, 64, 65, 66, 94, 104, 109, 120, 123, 124, 125, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134

Paraná 1, 11, 54

Políticas públicas 19, 21, 28, 30, 37, 61, 67, 78, 106, 108, 118, 190, 193, 195, 196, 197, 203

Práticas pedagógicas 12, 36, 37, 38, 51, 65, 73, 81, 82, 83, 112, 113, 115, 116, 117, 119, 133

Professor 12, 13, 14, 15, 17, 18, 21, 23, 25, 26, 27, 29, 32, 33, 34, 36, 38, 39, 41, 46, 47, 48, 52, 59, 61, 65, 66, 68, 70, 73, 76, 77, 82, 84, 114, 117, 118, 119, 121, 125, 127, 131, 133, 181, 183, 184, 186, 187, 188, 205

Projeto 13, 14, 30, 31, 32, 34, 36, 37, 38, 39, 46, 48, 61, 95, 108, 109, 119, 127, 150, 164, 170, 193

R

Realidade prisional 87

Recomendações 43, 45, 49, 53

Representações 117, 150, 162, 165, 168, 174, 175, 179, 180

S

Saneamento 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188

Socialização 7, 14, 24, 25, 32, 44, 52, 58, 87, 120, 157

Sucesso acadêmico 190

T

Tecnologias de informação e comunicação 13, 36, 37, 38, 39

Tecnologias assistivas 43

V

Violências 1, 3, 5

W

WhatsApp 40, 58, 59, 62, 63, 64, 66, 67, 130

🌐 www.atenaeditora.com.br
✉ contato@atenaeditora.com.br
📷 @atenaeditora
📘 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

Atuação do estado e da sociedade civil na

EDUCAÇÃO II



Atena
Editora
Ano 2022

🌐 www.atenaeditora.com.br
✉ contato@atenaeditora.com.br
📷 @atenaeditora
📘 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

Atuação do estado e da sociedade civil na

EDUCAÇÃO II



Atena
Editora
Ano 2022